

A prática feminista e o gênero na construção do conhecimento

*Eleonora Menicucci de Oliveira **

Resumo. Este artigo situa-se no movimento intelectual e político de um dos mais importantes movimentos sociais deste século — o feminismo —, no qual as ações de pesquisa são portadoras de uma premissa que compreende a participação das mulheres e dos homens na produção de conhecimento. Sobressai a utilização da categoria gênero, como ruptura epistemológica das mais importante dos últimos vinte anos. Trata-se, pois, do reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não trabalhada, subsumida pela dimensão econômica. Utilizo, neste estudo, a epistemologia de Bachelard (1996) construída em três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a reconstrução.

Apresentação

O objetivo deste breve artigo é delinear a contribuição que a análise de gênero — nascida da teoria e da prática feministas dos últimos vinte anos — tem dado à produção do conhecimento e, em particular, às teorias e às pesquisas sobre a relação entre trabalho, saúde e bem-estar das mulheres.

As reflexões são o resultado de uma trajetória que venho desenvolvendo em pesquisas nacionais e internacionais comparadas na área de saúde, de trabalho e de gênero, que originaram na tese apresentada no concurso de professora livre docente, junto ao Departamento de Práticas em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, em novembro de 1996.

Este estudo inscreve-se, por um lado, dentro dos movimentos que partem da alteridade (Hirata, 1989) para compreender as “diferenças pelo viés

* Eleonora Menicucci de Oliveira é professora doutora em saúde coletiva — UNIFESP/EPM.

da comparação” entre sociedades ligadas por relações sociais e de sexo baseadas no consumo, impostas pela transnacionalização da economia (Scavone *et alii*, 1994); por outro, situa-se na fronteira intelectual e política entre os dois mais importantes movimentos sociais deste século, que são o feminismo e o sindicalismo, nos quais as ações de pesquisa são portadoras de uma premissa que compreende a participação dos trabalhadores — homens e mulheres — na produção de conhecimento e na intervenção sobre suas condições de trabalho e de saúde, como parte fundamental de sua formação política.

As pesquisas publicadas até os anos 70 nesse campo refletem aquilo que hoje nos aparece como evidentes preconceitos, mas que representavam então a visão indiscutível da realidade (Romito, 1996). Entrar nos locais de trabalho, analisar os processos e as relações de trabalho, a partir da vivência e da produção de conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras é, para mim, um imperativo metodológico, tanto para a pesquisa como para as atividades de formação. Com essa estratégia, adotei a concepção de que o método é o exercício reflexivo de apreensão de uma dada realidade, ou a expressão da relação sujeito - objeto, isto é, a forma como o pesquisador e a pesquisadora enquadram a realidade e nela se ajustam.

Ao entender o processo de construção do conhecimento como arte de dialogar, tomei a noção de campo de Bourdieu (1989), que é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar — ou orientar — todas as opções práticas da pesquisa, que funciona como sinal, sempre no vermelho, apontando para a não fixidez do objeto, que nunca está completamente só ou imóvel, mas opera no âmbito de um conjunto de práticas sociais. O real não é real, quando não está relacionado com as incertezas históricas, sociais, políticas, de gênero e de raça. Os fenômenos se põem como realidades, para os pesquisadores e as pesquisadoras, a partir do momento em que se tornam problemas. É o meu caso em estudo: problematizar as relações de poder, assexuadas e assimétricas, no processo saúde-trabalho, uma vez que entendo ser objeto construído por meio de práticas sociais e sexuais. Assim, os pesquisadores e as pesquisadoras articulam e produzem a trama da pesquisa. O importante é o lugar de quem fala o enunciado. Nesses estudos, a questão de método que se colocou em primeiro lugar foi a de compreensão das semelhanças e das diferenças que ocorrem na esfera da divisão sexual do trabalho, marcada pela reestruturação produtiva da organização social do trabalho, cada vez mais estandardizada com o deslocamento rápido do capital e a internacionalização do processo produtivo.

Também influenciaram minha opção metodológica as abordagens teóricas que vêm reforçando a necessidade da reflexão hermenêutica crítica, como estratégia analítica para a transformação da ciência de objeto estranho, distante de nossa vida, em familiar e próximo, com capacidade de revelar-nos suas falências e seus limites. Assim, o conhecimento científico coloca-se como falível, e a verdade é sempre aproximada e provisória.

A crise do conhecimento nas sociedades contemporâneas globalizadas é também a crise que Santos (1989), chamou a “dupla ruptura epistemológica”. Seu objeto é criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimento que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída.

No entanto, no mundo globalizado de hoje, se isso é possível graças ao desenvolvimento tecnológico da comunicação, a ciência que cria a expectativa é também a que frustra essas possibilidades, sendo necessárias novas rupturas epistemológicas que permitam destruir a hegemonia das ciências exatas, construindo uma nova configuração do saber que garanta a evidência da exclusão e da opressão. A abordagem interdisciplinar de análise pode apontar rumo ao impacto da prática social sobre o reconhecimento das realidades no processo de desdogmatização dos princípios absolutos da lógica cartesiana, bem como no dualismo crítico e ortodoxo do marxismo.

Um exemplo claro é a introdução, a partir do movimento feminista, do conceito de divisão sexual como hierarquia de poder, hoje já instituído como campo epistemológico que informa uma multiplicidade de incertezas nas certezas já instituídas. Tem sido neste percurso que as pesquisadoras feministas construíram a categoria de gênero como explicativa dos diferentes e móveis lugares de poder que ocupam homens e mulheres.

São crises de paradigmas que põem em causa a própria forma de inteligibilidade do real e são impulsionadas por práticas sociais externas, como apontam os estudos de gênero gerados no campo da rebelião contra a subordinação das mulheres, que tiveram sua marca inicial nos anos 70, com a prática social feminista. Foi a existência de condições sociais e teóricas que permitiram recuperar e reconstruir todo o pensamento.

Coloca-se para mim, portanto, a questão de saber como articular essa abordagem com processo de saúde e de trabalho.

Portanto, para estudar o processo de saúde-trabalho mediado e transversalizado pelas relações de gênero, achei necessário recuperar os momentos históricos em que a prática social interveio no conhecimento científico.

Uma nova epistemologia

A primeira grande crise estendeu-se do século XVIII, com a Revolução Industrial, até a emergência e a consolidação da sociedade industrial, em fins do século XIX, coincidindo com o enorme desenvolvimento da ciência e da técnica. O segundo grande momento foi o do pós-Guerra, já no século XX até os dias de hoje, passando pelas décadas de 60 e de 70, até a queda do socialismo do Leste Europeu.

Nesses dois grandes momentos de crise histórica, a mulher foi considerada como coadjuvante; na década de 70, elas entram para a cena pública dos mundos do trabalho, levando, no entanto, mais uma carga, que se constitui como aumento na sobrecarga de trabalhos.

O fio condutor de minha argumentação é que o dualismo epistemológico é o efeito da prevalência do paradigma positivista como filosofia das ciências naturais e aponta para a especificidade das ciências sociais em relação ao objeto de estudo; em consequência, sua repercussão metodológica é designada pela dupla dimensão da hermenêutica crítica, por ser o objeto das ciências sociais seres humanos, com cara, corpo, sexo, subjetividade, práticas sociais, raça, que interpretam o mundo que os rodeia para melhor atuarem e intervirem nele e sobre ele. Assim, esses atores políticos interagem socialmente em consonância com a reflexividade do conhecimento contextualizado de suas ações.

Se toda definição é relacional, sua base reside em uma hierarquia de poder que se estabelece em todos os níveis das diferentes relações sociais, de gênero e de raça, existente no tecido social, na esfera política, jurídica, da família, do trabalho e nas relações do espaço doméstico. A esses, temos de agregar ainda as relações de subjetividade que constroem a esfera privada dos seres humanos, com repercussões nas diferentes dimensões da esfera pública. São esses os elementos que sexualizam o mundo social.

Habermas (1983) — ao demonstrar a conexão entre conhecimento e interesse como postura teórica não admitida por muitos — informa a não neutralidade do conhecimento científico, uma vez que o conceito de interesse é o guia do conhecimento. Em nosso estudo, consideramos que a afirmação feita pelo autor — "...a unidade do conhecimento com o interesse verifica-se numa dialética que reconstrói o elemento reprimido a partir dos traços históricos do diálogo reprimido" — reforça nossa opção pela epistemologia de Bachelard (1985).

O uso da categoria gênero, como mediação entre a prática e a teoria científica, evidenciou o interesse do conhecimento instituído em silenciar

as relações de poder entre os sexos, em uma alusão à proibição dos diálogos entre os sexos. Nessa abordagem, a arte de dialogar assume a dimensão dialógica na construção do conhecimento científico: implica na des-ocultação dos silêncios impostos aos diferentes sujeitos e atores sociais, na dimensão processual do conhecimento, na qual o sujeito é construído e não o ponto fixo de partida numa rua de mão dupla.

À utilização da categoria gênero, somam-se as diferenças sociais como explicativas dos diferentes lugares de poder que ocupam no mundo do trabalho as mulheres e os homens, e que devem ser identificadas para compreender como o trabalho repercute diferentemente na saúde do homem e da mulher. É nessa busca que se expande o conceito de gênero como categoria que, no social, corresponde ao sexo anatômico e fisiológico das ciências biológicas. Em outras palavras, o gênero é o sexo socialmente construído.

Das rupturas epistemológicas de que se fala em filosofia, essa, certamente, é a mais importante dos últimos vinte anos nas ciências sociais. Trata-se do reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não trabalhada, subsumida pela dimensão econômica, seja nas teorias das classes ou nas teorias da estratificação social.

A epistemologia de Bachelard (1996), diz

[...] a ciência se opõe absolutamente à opinião [...] em ciência nada é dado, tudo se constrói [...] A ciência constrói-se, contra o senso comum, e para isso dispõe de três atos epistemológico fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação...

Nesse caminho das rupturas epistemológicas, busquei reforço — para minhas premissas de desocultamento das relações de sexo nos mundos do trabalho — nesse autor que criticava a idéia de que o *ethos* científico é uma descoberta, adiantando não haver nada de natural, sendo necessário uma ruptura com as percepções e sentidos comuns para reconstruí-lo. Assim, reconhecer o fenômeno é muito mais profundo que conhecê-lo, é dizer que as paralelas euclidianas não são tão paralelas como afirmava o determinismo, pensando dialeticamente as incertezas das certezas.

Para o autor, esse caminho do novo espírito científico só se torna possível com a lógica dialética que põe os fenômenos em relações profundas e complexas. O modelo de Bachelard sublinha sobretudo a distância entre o fato científico e as percepções do senso comum: os fatos não existem *in natura*, mas são reconstruções dos cientistas e das cientistas em função de uma teoria que deve ser sempre explicitada, porque, se assim não for, corre-se o risco de utilizar inconscientemente uma teoria científica implícita

(Romito, 1996). Os fatos científicos não podem ser “encontrados” — isso representaria uma ilusão, uma mistificação — e esse é o primeiro passo do processo de pesquisa, que é conquistado, operando uma ruptura com a percepção “ingênua”, com a ilusão do saber imediato do senso comum e, frequentemente, também com os modelos científicos precedentes. O segundo passo é a construção do objeto de pesquisa: em função das rupturas operadas e das teorias escolhidas, o objeto vem reconstruído pelo pesquisador e pela pesquisadora. Aqui se enfatiza ainda a recusa de uma posição naturalista, segundo a qual os fatos existem *in natura*, prontos para serem descobertos e estudados. A verificação — e portanto a coleta dos dados com o método considerado mais oportuno e sua análise — representa ou deveria representar só uma parte sucessiva do processo. Bachelard insiste sobre o fato de que o procedimento implica uma hierarquia de atos epistemológicos: a ruptura deve vir antes da construção e ambas devem preceder a fase de verificação — instrumentos de cada fase da pesquisa — enquanto a técnica — instrumentos de medida e procedimentos de análise, por exemplo — ficaria superposta a esse procedimento e, mais genericamente, a uma contínua vigilância epistemológica.

Bachelard (1996) propõe pelo menos três “técnicas” para a discussão sistemática das aparências que podem ajudar-nos a romper com os preconceitos do senso comum: a primeira, é a ruptura com a linguagem cotidiana; a segunda, a verificação estatística; e, a terceira, a ruptura com as interpretações de tipo psicológico e naturalista.

A seguir, construí um modelo para a análise dos impactos dos riscos do trabalho na saúde, na sexualidade e na vida reprodutiva de mulheres trabalhadoras em três níveis: inicialmente para romper com os preconceitos comuns que devem ser reconstruídos, reconhecidos, evidenciados e explicitados; em seguida, a partir do processo de investigação qualitativa que constrói o objeto colado ao sujeito; e, por fim, aquele que se refere à fase da verificação, ou seja, está implícita aqui, a necessidade de vigiar o processo epistemológico para controlá-lo.

Essas rupturas bachelardianas concretizam-se mediante três estratégias:

A primeira é a linguagem comum de cada dia. Sabe-se que pode haver uma ruptura nessa linguagem e nós — pesquisadoras e ativistas feministas — sabemos muito bem disso, porque descobrimos, a partir dos anos 70, que quando dizia-se homens estavam referindo-se ao *homem* (Romito, 1996). Nesse momento, descobrimos a importância da linguagem. Foram diversos os exemplos do que significou essa ruptura, aparentemente enraizada no senso comum e utilizada pelo conhecimento científico. Limito-me à análi-

se daqueles que estão mais próximos do meu trabalho. A linguagem comum, exatamente por ser comum, passa despercebida, mas transmite uma ideologia social e sexual petrificada.

O objeto de pesquisa

A necessidade da mudança no sentido atribuído aos termos *assédio* e *abuso sexual*, enquadrados como crime contra os costumes, oculta a violência praticada contra a pessoa, no caso contra às mulheres. Outro exemplo é o fato das mulheres ocuparem profissões no mundo do trabalho, vistas no âmbito da qualidade e da vocação como extensão das atividades que desenvolvem no mundo doméstico, não como utilidade social qualificável e valorizada. Além disso, quando as mulheres entraram para o mercado de trabalho, sobretudo na década de 70, e passaram a ocupar funções até então desenvolvidas pelos homens, embora ganhando salários menores, ficaram expostas a riscos dos mais sub-reptícios, entre eles o assédio sexual, o aborto provocado para não perder o emprego e o desmame precoce, para não ser transferida de tarefa ou função.

Nossas pesquisas têm mostrado que as tarefas domésticas, embora repetitivas, rápidas, precisas e solitárias, são fundamentalmente imprevisíveis e repletas de variâncias (Rodrigues, 1992). Qualquer coisa que surge no âmbito da casa exige um replanejamento imediato das prioridades — como doença de filhos, de maridos, ausência da empregada doméstica, entre inúmeras variáveis —, o que altera a ordem de prioridades. No entanto, não altera sua capacitação para funções que exigem tais habilidades, ao contrário, especializam-nas para discriminá-las nos mundos do trabalho. A dupla jornada de trabalho emerge com força, exigindo mudança de enfoque na discussão do tempo empregado pelas mulheres, isto é, as mulheres têm menos tempo que os homens para reporem as energias gastas no mundo do trabalho fora de casa, o que desencadeia processos depressivos com consequências imediatas na situação de sofrimento mental e de humilhação. Ademais, é necessário olhar para os riscos que o trabalho doméstico não remunerado expõe as mulheres.

Uma característica que nos parece muito importante nesse processo de desocultação da sexualização das tarefas nos diferentes mundos do trabalho é que os empregos femininos, em diversos países pesquisados — Itália, Brasil e França — são os menos qualificados socialmente, tanto nas fábricas como nos hospitais, embora as mulheres que os desenvolvem apresentem índices de maior escolaridade que os dos homens.

No âmbito da saúde, a eterna persistência em colocar a gravidez como doença é a evidência mais emblemática do preconceito gerado pela visão naturalista e biologicista da saúde da mulher. Só se pensa na mulher nos mundos do trabalho na perspectiva dos riscos gravídicos, preservando o feto e não a mulher. Foi, sem sombra de dúvida, o feminismo que provocou uma das maiores e significativas rupturas conceituais e paradigmáticas, ao construir o conceito de direitos reprodutivos e sexuais, colocando, definitivamente, a questão da saúde da mulher no âmbito dos direitos individuais e coletivos, ou seja na esfera da cidadania.

As feministas descobriram que para viver neste mundo teriam que renomear as coisas, como, por exemplo, as situações anteriores. Fomos aprendendo, nesses últimos vinte anos, a renomear as coisas para torná-las visíveis, porque não o eram, e definindo como inaceitável aquilo que estava posto como aceitável.

A segunda, diz respeito ao que se pode superar com a comprovação estatística. É necessário desmistificar o decantado prejuízo econômico atribuído à oferta de trabalho a mulheres no mundo do capital — pois essas, potencialmente, podem engravidar, e as empresas precisariam pagar os direitos trabalhistas. Esse argumento é falacioso, uma vez que os salários das mulheres são mais baixos e sua ascensão na carreira e o acesso aos cargos de chefia são dificultados. Pesquisas têm apontado para o absenteísmo das mulheres no trabalho, muito mais em relação aos direitos de férias do que ao direito da licença à maternidade.

Outro exemplo são os dados referentes à morbidade diferencial, em geral entre homens e mulheres, quando se discute a saúde no trabalho. Enquanto os índices de mortalidade gozam de um consenso na comunidade científica, não acontece o mesmo com os índices relativos à morbidade, sobretudo no que diz respeito às características biológicas da mulher e aqueles da esfera do sofrimento mental. São muito utilizados os argumentos médicos psicologizantes diante das queixas das mulheres, desqualificando-as como histeria, nervos, ou coisa parecida. Nesse sentido, a emergência das lesões por esforços repetitivos — LER —, como uma das maiores epidemias provocada pela Nova Organização Social do Trabalho — entre os 30 mil casos diagnosticados no Brasil, 85,0% são mulheres e 15% homens —, trás à tona, por um lado, a permanência da divisão sexual como discriminação nos mundos do trabalho, por outro, a urgência de intervenções preventivas e curativas, tanto por parte do Estado no que toca às políticas públicas de saúde, como das empresas e, por fim, a premência de uma articulação entre os movimentos feminista e sindical, eficaz para enfrentar com

olhar de gênero a epidemia. Outra problemática é que os métodos quantitativos não contemplam a esfera do sofrimento e do desgaste mental dos dominados, mais precisamente, das dominadas.

Quando introduzimos a dimensão de gênero, desconstruímos a noção de psicopatologia do trabalho, muito bem elaborada por Dejours (1988), a partir da sexualização da construção e da produção social dos significados simbólicos do medo, da perda, do perigo, do sofrimento e da depressão. As estatísticas apontam, por intermédio das doenças ocupacionais, a universalização masculina dos trabalhadores. No caso das LER é evidente o psicologismo engravado no diagnóstico e a invisibilidade da complexidade das causas. Nesse caso, os fatores de risco saem do controle dos senhores médicos ocupacionais que insistem em afirmar que a LER é uma doença muito mais ligada ao psicológico do que ao mundo do trabalho. Para rebater tal argumento, as pesquisadoras feministas afirmam: são as mulheres que estão em tarefas repetitivas, monótonas, solitárias e absolutamente controladas pela chefia imediata, por isso, são as mais expostas às LER.

Outra técnica para mudar a percepção comum é colocar em discussão a interpretação naturalista e psicologizada, como algo que é utilizado de forma espontânea, para tentar compreender comportamentos de outras pessoas. As mulheres vêm sendo submetidas a esse tipo de interpretação, por exemplo, quando estão cansadas, por razões concretas, “os senhores das “ciências” dizem que têm problemas psicológicos, desequilíbrio hormonal ou histeria.

Com esses exemplos, procurei esclarecer como se dão as rupturas epistemológicas necessárias para transformar as relações de poder entre os gêneros na sociedade, tanto na esfera do privado, como na esfera pública. Foucaultianamente falando, essas rupturas devem ser mediadas pelo corpo e pela sexualidade, *locus* de poder infinitesimal nas relações micro e macro sociais. Não provêm do interior do mundo científico, mas decorrem dos impactos das ações sociais.

Abstract. *This study deals with an intellectual and political movement inside the area of two of the most important social movements of this century, feminism and unionism, the action of researches carries a premise that comprehends the participation of male and female workers in the production of knowledge and in the intervention on their conditions of work and health as a fundamental part of their political formation. To the use of the category of gender are added the social and sexual differences for explaining the different places of power women and men occupy in the world of work and that must be identified to understand how work has different effects in the health of women and men.*

Resumé. *Cette étude se situe dans le champ intellectuel et politique de l'un des mouvements sociaux les plus importants de ce siècle: le féminisme. Les actions de recherches féministes ont comme point de départ l'idée de la participation des femmes et des hommes dans la production de la connaissance. On remarque la mise en valeur de la catégorie d'analyse "genre", comme une des ruptures les plus importantes des vingt dernières années, tout en la reconnaissant en tant que dimension de l'inégalité sociale, jusqu'alors offusquée par une approche purement économique. J'utilise, dans cette étude, l'épistémologie de Bachelard (1996) qui se construit en trois actes fondamentaux: la rupture, la construction et la (re)construction.*

Referências bibliográficas

- BACHELARD, G., (1985) *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário/Tempo Brasileiro.
- . (1996). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, P., (1989) *O poder simbólico*. Coleção "Memória e Sociedade", Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- DEJOURS, (1988) *A loucura do trabalho; estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- HABERMAS, J., (1983) *Conhecimento e interesse*. Coleção "Os Pensadores", Textos Escolhidos, São Paulo: Victor Civita.

- HIRATA, H., (1989) "Brésil, France, Japon: Du jeu des différences à la recherche du sens", *Comparaisons Internationales*, n° 5 - 4^{ème} Trimestre, Numéro Spécial, IRESCO.
- OLIVEIRA, M. E.; CARNEIRO, F. & STORTE, R., (1996) *Gênero saúde trabalho: A dimensão oculta*. São Paulo: Sindicato dos Bancários/Brasiliense.
- RODRIGUES, A., (1992) "Lugar e imagem da mulher na indústria", COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (orgs.), *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, pp. 266-288.
- ROMITO, P., (1997) "Trabalho, maternidade e saúde das mulheres: Algumas notas metodológicas", OLIVEIRA, M. E. & SCAVONE, L. (orgs.), *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização*. Goiânia: AB Editora.
- SANTOS, S. B., (1989) *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 11-121.
- SCAVONE, L.; BRETIN, H. & MONY-THÉBAUD, (1994) "A contracepção, controle demográfico e desigualdades sociais: Análise comparativa franco-brasileira", *Revista de Estudos Feministas*, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ.

